

Da foraclusão do nome-do-pai: a leitura lacaniana de Schreber¹

Patrícia Gomes Celani²

Marcella Marjory Massolini Laureano³

"Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é possível fazer sentido.

Eu não: quero é uma verdade inventada".

Clarice Lispector

Resumo

O presente trabalho circunscreve a função do delírio na psicose, partindo do conceito de foraclusão em Lacan para entendermos a construção da metáfora delirante como um significante que surge para ocupar o lugar em que a metáfora paterna falhou. Com o significante Nome-do-Pai foracluído, o sujeito se sente invadido pelo Outro que tudo sabe dele; esse Outro é não barrado, consistente e o mantém na posição de objeto de gozo. Para defender-se, o sujeito psicótico cria um saber que lhe é próprio e que é sustentado por uma certeza absoluta. Sem um ponto-de-estofo que funde uma cadeia significante, é por meio do delírio que o sujeito busca dar significação aos significantes que ficam soltos na cadeia. O objetivo deste artigo é fazer uma leitura lacaniana de Schreber a partir do conceito de foraclusão do Nome-do-Pai.

Palavras-chave: Delírio. Lacan. Caso Schreber.

¹ Este artigo é resultado da monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia realizado no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), sob orientação da Profa. Dra. Marcella M. M. Laureano.

² Graduada em psicologia pelo UniCEUB.

³ Psicóloga (UNESP-2001), Doutora em Ciências (área: Psicologia) na FFCLRP/USP com estágio PDEE na Université Paris 3 – Sorbonne-Nouvelle (Doutorado direto concluído em 2008); Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/FACES/Psicologia).

1 Introdução

Freud (1996) afirma que a psicose é uma defesa contra uma dor insuportável ao sujeito, uma tentativa dele de se defender contra “uma representação intolerável” da realidade. Por sua vez, para Lacan (1998), a psicose é uma falha na inscrição do significante Nome-do-Pai, isto é, a não inscrição do pai como portador da lei que introduz o sujeito na linguagem. Lembremos que, para Lacan (1964, 1979), o sujeito é marcado pela linguagem e é no campo do Outro que ele se constitui.

Se, para Freud, a psicose é uma defesa contra um sofrimento que desorganiza o sujeito e o deixa em ruínas e, para Lacan, uma não inscrição do sujeito no mundo simbólico onde ele tem que lidar com a falta do Nome-do-Pai, qual a saída que o psicótico encontra para se defender e existir num mundo habitado pelo simbólico? A saída é o delírio como tentativa de criar uma nova realidade que sustente o sujeito em meio à dor e à falta. Souza (1999, p. 39) assinala:

O delírio, tentativa de cura, é um “ensaio de rigor” parcialmente exitoso. Exitoso por construir uma significação viável para o psicótico e por fundar uma filiação, uma forma original de filiação, onde o sujeito se encontra implicado num elo com o Pai mesmo que – índice de malogro do delírio – a referência ao Pai se estabeleça no registro do real.

Para Lacan e Freud, a função paterna é determinante na constituição do sujeito. O pai como portador da lei, do interdito do incesto, é quem, pela mediação da mãe, inscreverá o sujeito no campo do simbólico. Desse modo, Quinet (2003, p. 8) nos afirma:

[...] para que o homem possa atribuir significação aos seus significantes e, portanto, à sua existência, é preciso que ele faça a sua entrada no simbólico, já que a função simbólica constitui um universo no interior do qual tudo que é humano pode ordenar-se.

A forclusão do significante simbólico - Nome-do-Pai - no Outro, barra a entrada do sujeito no mundo ordenado pelo símbolo, impedindo-o de organizar a cadeia significante; sendo assim, os significantes ficam soltos na cadeia sem nenhuma amarragem central que lhes dê significação. O delírio surge, então, segundo Lacet (2004), como ponto de ancoragem para o sujeito.

A relação com o Outro é elemento fundamental na constituição do sujeito. É na relação com a mãe que o sujeito tem a primeira experiência com o Outro – o Outro Primordial – na medida em que ele já a simbolizou (LACAN, 1999). Se não houver essa primeira simbolização, o sujeito ficará à mercê do desejo do Outro. Dessa forma, de acordo com Souza Filho (1988), na psicose, a relação do sujeito com o Outro não foi simbolizada e o sujeito permaneceu numa posição de objeto de desejo da mãe, numa posição de servir ao gozo do Outro. Sobre o Outro, diz Souza (1999, p. 84):

Na psicose o Outro é diferente. Ostensivo, constrange o sujeito com sua presença maciça, inundante e opressora. Presença de ameaça e perigo, o Outro se faz perceber e, em especial, se faz ouvir. [...]. Na psicose, o Outro goza do sujeito, do espírito ou do corpo do sujeito.

Para se defender deste Outro terrível, o sujeito constrói o delírio, inventando um saber que lhe é próprio, impedindo que o gozo do Outro lhe invada e lhe perturbe. Segundo Ribeiro (2007, p. 129):

Quando o delírio é possível, é sinal de que o psicótico pode construir um mundo segundo as leis do seu desejo, pode circular entre a alienação no desejo do outro e a alienação em si mesmo que tenta, paradoxalmente, escapar da alienação. Cria uma versão de si e do mundo regida por suas próprias leis, reino da certeza absoluta onde a dúvida não pode penetrar sob a ameaça de tudo destruir.

O caso Schreber é um clássico no estudo da psicose, e foi por meio dele que Freud pôde avançar nos seus estudos sobre essa estrutura psíquica. Freud (1998) conjectura que o delírio de Schreber tinha três objetivos: primeiro, dar sentido ao desmoronamento, à experiência de fragmentação do corpo; segundo, desvendar um vínculo possível com o outro, sem ter a sensação de não mais existir; terceiro, restabelecer uma forma de temporalidade, isto é, contextualizar o delírio no tempo e no espaço.

O objetivo deste artigo é, a partir das reflexões de Lacan, entender o sujeito na psicose e o trabalho do delírio como uma forma de restabelecer uma nova relação do sujeito com o mundo. Para tanto, abordaremos o conceito lacaniano de forclusão, o que a desencadeia e os efeitos produzidos por ela. Sendo assim,

partiremos da explanação do conceito de estágio do espelho e dos três tempos do Édipo propostos por Lacan, para entendermos a função do pai e no que a sua ausência acarreta na estruturação do sujeito, que busca situar-se na existência por meio da criação de uma nova realidade mediante o trabalho do delírio. Além de falarmos do delírio como significante que surge para ocupar a função paterna, apresentaremos o que Lacan denominou de *sinthoma* como suplência do Nome-do-Pai. E, por fim, faremos uma breve leitura lacaniana do delírio de Schreber a partir dos conceitos abordados.

2 Do espelho ao *sinthoma*

2.1 O estágio do espelho e os três tempos do Édipo

Falar do Édipo é falar da função do pai. Como afirma Lacan (1999, p. 171), “não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai.” A essa idéia, o autor complementa dizendo: “A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (LACAN, 1999, p. 180). A esse significante, ele chamará de metáfora paterna ou significante Nome-do-Pai.

A intervenção do pai na relação mãe/bebê representa a entrada da lei e das normas do mundo social e cultural. No entanto, como afirma Hornstein (1989, p. 199):

O pai aparece como privador somente se a mãe o reconhece como tal. A criança dota o pai do poder de interdição e o situa como seu rival e juiz, gerando-se a dialética da agressividade e da identificação. A mãe, ao reconhecer o pai como objeto de seu desejo, abre à criança a possibilidade de constituição de um ideal do eu masculino

Sob a ameaça da castração, a criança renuncia ao gozo em relação à mãe. Uma vez que é o pai o portador do falo e quem o priva da mãe, a criança abdica de ser o falo para ter o falo pela via da identificação com o pai. Segundo Nasio (1997, p. 37):

Ao lembrar à mãe que ela não pode reintegrar o filho em seu ventre, e ao lembrar ao filho que ele não pode possuir a mãe, o pai castra a mãe de qualquer pretensão de ter o falo e, ao mesmo tempo, castra o filho de qualquer pretensão de ser o falo para a mãe. A palavra paterna que encarna a lei simbólica consoma, portanto, uma dupla castração: castrar o Outro materno de *ter o falo* e castrar a criança de *ser o falo*.

A intervenção do pai se faz “necessária para tirar a criança da relação imaginária com a mãe e introduzi-la no registro humano simbólico” (ROSSIN SOBRI-NHO, 1988, p. 43). A passagem pelo Édipo abre a porta do mundo da linguagem e coloca o sujeito no palco do discurso.

É a partir do estudo da paranoia, com o caso Aimée,⁴ que Lacan aborda a questão do narcisismo, levando-o a desenvolver a teoria do “estádio do espelho” que ele define como o momento em que o bebê, entre os seis e dezoito meses de idade, reconhece a sua própria imagem refletida no espelho, para explicar a constituição do Eu. (LACAN, 1998; NASIO, 1997). Nas palavras de Lacan (1998, p.100), “A função do estádio do espelho revela-se para nós, por conseguinte, como um caso particular da função da imago, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade [...]”

Ao se ver num espelho, o bebê acredita, num primeiro momento, que o que vê é um outro bebê e não ele. A partir daí, ele vai em busca desse outro desconhecido, mas não o encontra e começa a perceber que o que vê no espelho não é um outro real e sim uma imagem de si. Finalmente, o bebê reconhece a si próprio na imagem refletida no espelho. No entanto, esse reconhecimento só acontece se o bebê se vê sendo visto por outro (geralmente a mãe) que faça a ligação da imagem refletida no espelho com a sua Imago corporal (STEFFEN, 1988).

De acordo com Quinet (2003, p. 10),

[...] trata-se da constituição do eu como imagem antecipada onde se encontram unificadas as pulsões auto-eróticas que cortam o corpo em figuras que encontramos na clínica

⁴ Aimée foi paciente de Lacan e sobre seu caso, ele desenvolveu sua tese de doutorado em 1932, sob o título: *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*.

como imagens do corpo despedaçado. A unidade do corpo é prefigurada pela imagem do outro ou pela imagem do espelho. O eu é, portanto, constituído por essa imagem que o semelhante lhe confere como um corpo unificado. É nesse sentido que podemos entender, como diz Freud, que o eu é antes de tudo corporal. [...]. A unidade do eu é totalmente imaginária. Ela é formada por uma imagem, a do semelhante, e não corresponde em absoluto à unidade da maturação corporal.

Ainda, segundo o mesmo autor (2002, p. 127):

O registro do imaginário de Lacan corresponde ao conceito de narcisismo de Freud. É o domínio do corpo, da imagem do outro, ou seja, do semelhante que por ser igual é rival sendo também atraente, fascinante, amante. O imaginário é o registro da consciência e do sentido que faz com que o homem se julgue um eu – o que é efetuado (sem que o saiba) através da identificação com o outro.

O Eu só pode existir por meio do reconhecimento de um Outro que verbaliza a sua existência. Não há existência de um Eu sem que um Outro o reconheça em sua alteridade. O Outro aqui referido é o Outro de Lacan que, segundo as palavras de Laureano (2008, p. 109), “[...] é aquele para quem o sujeito dirige em última instância seu desejo. É para responder a uma demanda do Outro que o sujeito fala, ou seja, é visando inconscientemente o Outro que o sujeito vai produzir seus discursos”. Laureano (2008, p. 111) acrescenta, ainda, que: “[...] na relação do Outro com o sujeito, o primeiro é essencial para garantir a existência do segundo. O Outro ‘se fabrica’, nos diz Lacan, como objeto (a) ocupando assim um lugar de suporte para o sujeito e para seu discurso”.

O sujeito para Lacan (1979, p. 187) é “o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante.”

É justamente o reconhecimento por meio do olhar do Outro que assiste o bebê nessa brincadeira diante do espelho, que será sancionado que a imagem especular é a Imago do seu corpo (do bebê) e a de um Outro que também se vê refletida no espelho e que é separado dele.

Laureano (2008, p. 95) afirma:

Segundo Lacan, o estádio do espelho é o início do caminho que leva o sujeito a encontrar a linguagem. A marca da entrada definitiva do sujeito no mundo da linguagem é o momento em que esse se depara com uma falta que lhe é constitutiva e que o torna desejante.

Essa falta é produzida quando o pai se interpõe entre a mãe e a criança, separando um do outro e produzindo um corte, portanto, uma falta simbólica (SOUZA, 1999). A partir daí, a criança reconhece a mãe como um ser faltoso, reconhece que a ela falta algo. É a falta que instaura o desejo no sujeito. Como nos diz Laureano (2008, p. 96): Ser desejante é o ser marcado pela falta e pela dualidade, pois é o sujeito do inconsciente [jê] que sabe dessa falta, restando ao eu [moi] a busca eterna por uma completude eternamente perdida.

É a função paterna que irá introduzir a linguagem, a inserção da criança no mundo simbólico. E essa função simbólica atinge seu ápice no momento da castração. Momento esse que:

A palavra do pai intervém no circuito mãe/filho, e substitui o significante do desejo materno pelo significante nome-do-pai, em cuja metáfora o sujeito se constitui como efeito de sentido. [...] é a forclusão desse significante fálico, a ausência da metáfora paterna, que se constituíra no fator decisivo da estruturação psicótica (STEFFEN, 1988, p. 57-58).

E, segundo as palavras de Ribeiro (2007, p. 127):

Uma metáfora paterna efetiva é aquela que dá significação ao sujeito, em relação a si mesmo e ao lugar que ele ocupa no mundo. É uma possibilidade que depende apenas da sexuação, para a qual a passagem do Édipo funciona como marco .

Assim, para que haja a unificação do Eu é preciso que o sujeito rompa com a relação dual (mãe-bebê) e passe a investir em outros objetos fora dessa relação. Esse investimento é feito quando a criança, na passagem do Édipo, aceita a entrada de um terceiro (pai), que representa a entrada da lei e das normas do mundo social e cultural. A partir daí, a criança sai em busca de um ideal de Eu, passando

a investir em outros objetos além dele mesmo. No entanto, o sujeito psicótico não passa por todo esse processo, mantendo-se na relação com o Outro Primordial, em total simbiose com a mãe; ambos vivendo num sistema de retroalimentação do desejo do outro.

Como destaca Ribeiro (2007, p. 121):

[...] a mãe coloca seu filho em um lugar que o encarcerará. A falha está no que lhe é atribuído, matéria-prima com a qual ele não poderá constituir-se. Ou seja, acontece algo na nomeação dessa pessoa que a impedirá de existir como sujeito – aqui entendido como aquele que pode ser dono do próprio desejo, capaz de falar por si, de enunciar seu desejo, de falar em nome próprio e se sagrar a uma existência separada do outro, na qual o desencontro e a não correspondência absoluta estarão sempre presentes, limitando as possibilidades de satisfação, mantendo a existência do desejo, a busca, a falta, o movimento próprio da vida.

Na psicose, a célula mãe/bebê não foi rompida, portanto o bebê permanece psiquicamente colado a essa mãe. Se, como afirma Steffen (1988, p. 55):

[...] o filho é para a mãe o reencontro absoluto do fálus, e se na mãe já não preside mais a castração como lei de interdição do incesto, então criança e objeto serão uma coisa só e única coisa; ego e imagem estarão colados sem nenhum distanciamento. A metáfora paterna não poderá se processar na criança que se vê assim constituída como objeto fálico, aprisionada para sempre no corpo materno; é a estrutura psicótica que desse modo se implanta.

Se a existência do sujeito psicótico não é separada da mãe, isto é, se o sujeito não se percebe como um corpo separado do dela, então o corpo da mãe nada mais é que a própria extensão do seu corpo. Assim sendo, o sujeito permanece submetido ao que Lacan (1999) chamou a “Lei da mãe”, uma lei não controlada, em que o sujeito depende completamente do desejo da mãe, da sua boa ou má vontade, subjugado aos caprichos dela.

A mãe tudo sabe sobre o filho e o filho nada sabe sobre seu desejo, já que não há possibilidade de se reconhecer como ser desejante tragado que está no

desejo do Outro (mãe). O Eu e o Outro são completos, visto que completam Um ao Outro. Para que ocorra a separação entre o Eu e o Outro é necessário que a mãe introduza a função paterna, caso contrário, como nos diz Ribeiro (2007, p. 123):

O que fica impedido é o acesso à condição de ser desejante, que configuraria o sujeito como autônomo em seu desejo, em relação ao outro. O desejo é vetado e a relação se estabelece apenas no nível da demanda, que é entendida mesmo antes de ser enunciada, reforçando a ideia de que um e outro são apenas um único ser e se correspondem de tal maneira que não existe espaço algum para a falta, a falha e, conseqüentemente, para a busca.

Na psicose, em virtude desse não rompimento da célula narcísica, o sujeito não se reconhece como unidade, mas como parte da mãe, o que faz com que ele se veja como um corpo fragmentado, esfacelado. Como resume Ribeiro (2007, p. 122),

[...] corpo feito em pedaços, puramente orgânico, muscular, apenas corpo na total dependência de um outro que o mantenha unido segundo suas próprias leis. [...] Não há, para esse sujeito, possibilidades de corpo inteiro, de unidade, de ser um eu em correspondência com o que vê de si nos olhos do outro. O corpo despedaçado está alienado da possibilidade de servir como base para a constituição do eu.

Se a criança não reconhece a imagem no espelho como sua, se não há a construção da “Imagem do corpo próprio”, o Eu e a imagem se fundem e “se confundem numa hipertrofia do registro imaginário (STEFFEN, 1988). Não há a construção do simbólico, e como o Eu para Lacan só pode ser constituído na articulação dos três registros – real, imaginário e simbólico –, “o psicótico tentará, através da alucinação e do delírio, produzir aquilo que falta em sua estrutura” (STEFFEN, 1988, p. 59).

Como na psicose, a metáfora paterna não se realizou e a castração não se inscreveu, a consequência disso é que, segundo Quinet (2003, p. 106), o sujeito “se encontra submetido a um gozo infinito, sem barreiras, sendo ele próprio o objeto do gozo de Outro.” O Outro é puro gozo e o psicótico é submetido ao Outro que goza.

Em *O Caso Schreber*, Freud (1998) afirma que a paranoia é uma defesa contra o desejo homossexual e deu o nome de *projeção* ao processo de formação de

sintomas da paranoia. Segundo as palavras do autor: “Uma percepção interna é suprimida e, ao invés, seu conteúdo, após sofrer certo tipo de deformação, ingressa na consciência sob a forma de percepção externa” (FREUD, 1998, p. 81).

Sendo a *rejeição* (*Verleugnung*), segundo Freud, o mecanismo de defesa da psicose, o sujeito que rejeita a realidade procurará reparar a perda da realidade com a criação de uma nova realidade por meio da construção delirante. Segundo Ribeiro (2007, p. 140), o delírio:

Permite ao sujeito amarrar sua história segundo uma lógica e uma coerência próprias, nas quais suas alucinações têm um sentido, sua vida tem um propósito e o que quer que venha do mundo, como provocação, dúvida ou incerteza pode ser – mesmo que trabalhosamente – resolvido e incorporado nessa cápsula que se formou, sem que a mesma tenha que ser abalada.

Cromberg (2000) diz que Lacan não compactua da mesma ideia de Freud, quando ele diz que a paranoia é uma defesa contra a homossexualidade, e sim, que Lacan entende a paranoia como uma *foraclusão* (*Verwerfung*) do Nome-do-Pai.

Quinet (2003, p. 108) afirma que “Lacan propõe uma definição da paranoia , identificando o gozo no lugar do Outro”. E acrescenta que esse Outro não barrado pelo significante da castração, para paranoico, é um Outro consistente, isto é, ele tem nome - é fulano de tal.

Na relação mãe-bebê, a criança está simplesmente entregue ao desejo materno. Essa relação, tal como a criança a vivencia e a percebe, é a primeira simbolização que ela tem da mãe. No entanto, ao longo dessa relação, é chegado um momento em que o bebê percebe que ele não é o único desejo da mãe, que há outra coisa na mãe que não é satisfazer somente o desejo deste bebê (LACAN, 1999). Para que o bebê seja inscrito na ordem simbólica, é necessário um corte nessa relação dual, é a função paterna que intervém, introduzindo a lei. Se a função paterna falta, se há *foraclusão* do Nome-do-Pai, então, não há castração e, não havendo castração, não há falta e, não havendo falta, não há desejo. O Eu e o Outro são completos, isto é, eles se completam mutuamente. O bebê permanece completamente assujeitado ao capricho da mãe, submetido ao desejo desse grande Outro.

Conclusão: o psicótico torna-se para sempre objeto do desejo do Outro; não reconhecendo a falta, ele não tem desejo próprio. Esta é a marca do sujeito psicótico: não ter desejo, uma vez que permanece identificado com o objeto de desejo da mãe. Portanto, como afirma Ribeiro (2007, p. 119-120):

[...] a psicose diz respeito à impossibilidade que o sujeito tem de dizer algo sobre si mesmo em razão do lugar que ocupa no discurso do outro. O eu só pode se constituir a partir da linguagem e este constrói-se na dependência do lugar atribuído a seu corpo.

Impossibilitado de uma existência própria, o delírio aparece como uma tentativa de dar lógica à dinâmica psicótica, uma tentativa de dar unidade ao Eu. Um Eu que, no narcisismo primário, é constituído a partir do que lhe é dado de fora, do desejo da mãe que é carregado de idealização do bebê. Ribeiro (2007, p. 102) diz que “o delírio cria uma realidade própria, singular e com ela o sujeito se põe em relação”. E acrescenta:

A partir do momento em que o psicótico se vê instado a responder ao mundo desde um lugar organizado ao redor de um ponto central, tem início um movimento de arremedo, de remendo segundo uma ordem que não é sua. Ou seja, a construção de um delírio diz respeito a uma tentativa tosca e mal-sucedida de o sujeito responder do lugar de que foi convocado. Mas, como ele não pode responder de tal lugar, sua resposta soa como simulacro. A função paterna falta a partir do momento em que o psicótico deveria referir-se a ela. Falta na sua função organizadora, de amarragem (RIBEIRO, 2007, p. 126).

2.2 A foraclusão e o *sinthoma*

Sem o rompimento da célula narcísica, como visto, atesta-se para o sujeito psicótico a ausência da metáfora paterna como função organizadora da relação do sujeito com o simbólico. Para explicar essa ausência, Lacan, partindo do conceito de rejeição de Freud (*Verleugnung*), postula o conceito de foraclusão, palavra oriunda do direito e que quer dizer “exclusão de um direito ou de uma faculdade que não foi utilizada em tempo útil. A foraclusão, portanto, remete à noção de lei e de sua abolição.” (QUINET, 2003, p.15)

Como assinala Quinet (2003, p. 15):

[...] a forclusão do Nome-do-Pai na psicose corresponde no sujeito à abolição da lei simbólica, colocando em causa todo o sistema do significante. A forclusão do Nome-do-Pai implica a não travessia da epopéia edípica, uma vez que o sujeito não é submetido à castração simbólica, não havendo, portanto, possibilidade de a significação fálica advir.

Para melhor entendermos a forclusão, detenhamo-nos nos três tempos do Édipo propostos por Lacan: no primeiro tempo, o bebê se identifica com o objeto de desejo da mãe - o falo. A mãe é o Outro absoluto (Eu ideal) e, a função paterna, de acordo com Lacan (1999), aparece de forma velada sem, no entanto, deixar de existir na realidade do mundo, uma vez que no pai reina a lei do símbolo. No segundo tempo, o pai intervém na relação dual mãe, bebê como portador da lei, como aquele que castra a mãe e o filho, objeto de seu gozo. É nesse segundo tempo que a função paterna é introduzida ou, como diria Lacan, é a metáfora paterna que aí se inscreve. Segundo as palavras de Souza Filho (1988, p. 81):

A metáfora paterna quer então dizer que em lugar da mãe o Pai é colocado como significante: o significante Nome-do-Pai. Para intervir na relação primordial mãe, filho, para dizer *não* a ambos, o pai é levado a uma posição terceira, isto é, colocado no lugar do Outro [lugar este, antes, ocupado pela mãe].

Se, no segundo tempo, o pai é aquele que priva a mãe do filho, no terceiro tempo, o pai “intervém como aquele que tem o falo”, isto é, “o pai pode dar à mãe o que ela deseja e pode dar porque o possui” (LACAN, 1999, p. 200).

O pai é aquele que separa, que impede o gozo absoluto, que impinge a falta por meio da castração. A falta é uma falta simbólica, é a falta do objeto desde sempre perdido, como dizia Freud, a que o sujeito passa a vida buscando na impossibilidade de encontrá-lo. Essa falta é o que torna o sujeito desejoso, que o inscreve no campo das identificações e das diferenciações dos sexos; que o tira da posição de ser o falo para ter o falo, inserindo-o no registro do simbólico.

Afinal, sendo a função paterna realizada pela intervenção de um pai, que é o pai para Lacan? Lacan qualificou o pai em três: o pai simbólico, o pai imaginário

e o pai real. Em seu seminário sobre a relação de objeto, Lacan (1995, p. 225), explicando o estatuto de cada pai, conjectura:

O pai simbólico, [...] é uma necessidade da construção simbólica, que só podemos situar num mais-além, diria quase que numa transcendência, pelo menos como um termo que [...] só é alcançado por uma construção mítica. [...].

O pai imaginário é aquele com quem lidamos o tempo todo. É a ele que se refere, mais comumente, toda a dialética, a da agressividade, a da identificação, a da idealização pela qual o sujeito tem acesso à identificação do pai. [...].

O pai real é a uma coisa completamente diferente, do qual a criança só teve uma apreensão muito difícil, devido à interposição de fantasias e à necessidade da relação simbólica.

Na psicose, sabemos que a função paterna é forcluída. Se o pai não opera o corte na célula mãe/bebê, não há castração que se efetive, produzindo o rompimento na relação imaginária entre mãe e filho. O pai real falha como agente castrador, deixando de produzir “um ‘ato simbólico’, em que o agente é algo do real e o objeto é imaginário” (SOUZA FILHO, 1988, p. 88).

O pai simbólico não emerge se o pai real falha, e assim não há lei que se enuncie, permanecendo o sujeito psicótico submetido ao desejo da mãe, identificado com o objeto fálico materno, barrado da entrada ao universo simbólico. A função do pai falha enquanto função simbólica; como consequência, os significantes ficam soltos na cadeia, sem significação própria.

É o significante Nome-do-Pai que marca a entrada do sujeito no mundo simbólico, que o permite dar significações aos seus significantes, que o permite a entrar na linguagem (QUINET, 2003). É ele que faz a articulação entre o significante primordial (S1) e os demais significantes na cadeia.

Como define Lacan (1979, p. 197): “[...] um significante é o que representa um sujeito para um outro significante.” Logo, é no intervalo entre dois significantes que se situa o sujeito.

Segundo Sobral (p. 2482), o significante Nome-do-Pai é aquele:

[...] que vem instaurar no sujeito a lei que ordena seu mundo, operando a função da castração e introduzindo o sujeito na neurose. No entanto, para o sujeito psicótico, no momento em que deveria surgir este significante que abre o leque às significações diversas, o Nome-do-Pai não funcionou [...].

No momento da instauração de uma lei, a lei da linguagem, que vem inserir o desejo ao sujeito, tal lei prescreveu. Foi suplantada sem precedentes, por uma recusa absoluta, e o significante ordenador de gozo, Nome-do-Pai, ficou foracluído, fora do registro simbólico.

O sujeito de Lacan, sendo determinado pela linguagem e pela fala, segundo Quinet (2003, p. 15), “[...] não pode deixar de lidar com o universo simbólico e é na relação com o significante que se situa o drama da loucura”.

Lacan (1998, p. 582) em *De uma Questão Preliminar a todo Tratamento Possível da Psicose*, nos diz que: “É num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na foraclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial [...]”. Essa falha corresponde à impossibilidade de simbolização. O que sucede, segundo Lacan (2008, p. 22), é que: “[...] tudo o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real”.

Com essa afirmação, Lacan vai ao encontro com as conclusões de Freud (1998) sobre o mecanismo da projeção na paranoia em seu texto sobre o caso Schreber, no qual o autor afirma que não estava certo dizer que a percepção abolida internamente fosse projetada para o exterior, e sim, pelo contrário, que aquilo que foi internamente abolido retorna do lado de fora.

Calligaris (1989, p. 52) salienta: “Quando falamos de volta no Real do que está foracluído, estamos falando de volta no Real de um lugar e de uma função que não fazem parte da organização psicótica do sujeito”.

Para Lacan (1999) o real que reaparece se trata da alucinação, ou seja, do Outro enquanto falante, como lugar da fala.

Lacan (1998, p. 584) assinala, ainda, em *De uma Questão Preliminar a todo Tratamento Possível da Psicose*:

Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito.

É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante.

Na impossibilidade de habitar uma realidade consistente, uma realidade alinhavada pela fluência de uma cadeia significante que dê margem, contorno ao sujeito, o delírio emerge como uma “construção defensiva [...] para escapar à ameaça de ser engolfado pelo gozo do Outro” (SOUZA, 1999, p. 66).

Na posição que o sujeito psicótico ocupa de objeto de gozo do Outro, em em seus estudos sobre o caso Schreber, Freud (1998, p. 81) apresenta os tipos de delírios da paranoia : “Nos delírios de perseguição, a deformação consiste numa transformação de afeto; o que deveria ter sido sentido internamente como amor é percebido externamente como ódio”. No delírio de ser amado (erotomania), a afeição não é iniciada com a “percepção interna de amar, mas por uma percepção externa de ser amado” (FREUD, 1998, p. 78). No delírio de ciúme, o sujeito atribui ao outro uma afeição que é sua. E por fim, o delírio de grandeza que é “uma supervalorização sexual do ego” (FREU, 1998, p. 80).

Em todos os delírios apresentados por Freud, com a exceção do delírio de grandeza (megalomania), “é em torno do Outro que se organiza toda a existência do sujeito” (QUINET, 2003, p. 110).

Na tentativa de se constituir sujeito, de “ser um sujeito que significa”, como pontua Ribeiro (2007), e não mero objeto de demanda do Outro, Freud (1998, p. 87) afirma que: “A formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução”.

Em 1996, em *Neurose e Psicose*, Freud (1996, p. 169) acrescenta, ainda, que: “[...] o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo”.

A essa ideia de Freud, do delírio como remendo, Ribeiro (2007, p. 138) complementa:

Pensar no delírio como remendo nos permite entendê-lo como portador de um sentido, não apenas na acepção de significado – o que é possível ao entendê-lo como sintoma –, mas também na de finalidade. Ele se dirige a um lugar, aparece como resultado de um processo que busca construir o que não foi possível anteriormente, o que ficou inexistente, com os recursos que o sujeito disponha para fazê-lo.

Se para Freud, a questão da psicose é relativa à perda da realidade (e a um substituto da realidade), para Lacan se trata da ordem simbólica (SOUZA FILHO, 1988).

Segundo Souza (1999, p. 51), o sujeito psicótico é presa permanente da angústia. Como destaca a autora, essa angústia é:

Uma angústia difusa, invasiva, não raro paralisante, que o inunda com o sentimento de não ser mais um corpo, no que um corpo tem de real. Uma angústia que condena à inércia, uma das figuras primárias do gozo e que o reduz a seu ser objetal. Uma angústia só mitigada ao preço do trabalho forçado e ininterrupto de leitura e decifração do mundo, um mundo reduzido a signos e hieróglifos do desejo do Outro. Uma angústia só abrandada ao preço do delírio.

Para termos uma compreensão melhor do delírio como produção psicótica, como uma elaboração do sujeito para viver melhor num mundo ordenado pelo significante Nome-do-Pai, entendamos como o saber na psicose se constrói, uma vez que não existe uma referência a um sujeito suposto saber (função paterna), mas um saber que lhe é próprio.

O saber psicótico, diferentemente do saber neurótico, que é organizado ao redor de um ponto central da função paterna, organiza-se sem referência central. Não há um ponto de amarragem, que Lacan denominou de ponto de estofo, que ligue o significante ao significado (CALLIGARIS, 1989).

Embora no saber psicótico a função centralizadora dos significantes esteja foracluído, não quer dizer que é, por isso, um saber em que os significantes foram foracluídos. Segundo Calligaris (1989, p. 54):

O que está foracluído é a função; por isso trata-se de um saber organizado de outra forma, mas os significantes edípicos e paternos estão em algum lugar neste saber. E é evidente que qualquer psicótico pode falar de sua constelação edípica, isto não é algo inacessível para ele. O que é inacessível é a organização do seu saber ao redor dessa função.

O saber psicótico é um saber sem pai, e como não há um sujeito suposto saber, o sujeito psicótico constrói um saber que lhe é particular, como nos diz Souza (1999, p. 83): “Um saber original – relativo à origem e inédito – avesso ao consenso, inusitado”. Calligaris (1989) complementa Souza, ao dizer que, ao sujeito, cabe a tarefa de sustentar esse saber. E ele só pode sustentar esse saber com a sua certeza egoica. Souza (1999, p. 84) acrescenta mais: “É a certeza que faz do saber delirante um saber suficiente. Suficiente, compacto, sem falha e certo. Uma tal certeza que advém ao psicótico como intuição, como uma experiência imediata do real, é a marca registrada que singulariza seu saber”.

A significação do sujeito psicótico não é uma significação fálica, visto que não há uma função paterna que organize o saber no registro do simbólico. Não há um ponto -de-estofo entre significante e significado. Lacan (2008, p. 312) destaca que: “[...] na experiência psicótica, o significante e o significado se [apresentam] sob uma forma completamente dividida”.

Segundo Dor (1992, p. 39):

Para Lacan, o ponto-de-estofo é, antes de mais nada, a operação pela qual ‘o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação’. Em outras palavras, é aquilo por meio do qual o significante se associa ao significado na cadeia discursiva.

O delírio é a tentativa de construir uma metáfora paterna, buscando dar significação a um saber desordenado, sem lei, sem limite, infinito. O delírio pode ser considerado uma saída para se defender de um Outro que o invade. O Outro,

dele tudo sabe; e o sujeito se encontra, assim, submetido a um saber absoluto, onipotente, que o devasta, que o desagrega, que o degrada, que o despedaça.

Só é possível dar significação ao mundo, se o sujeito está inscrito no mundo simbólico, e como o sujeito psicótico funciona no registro imaginário, uma vez que o Nome-do-Pai foi foracluído na psicose, o delírio vem para suprir essa falta. Como afirma Quinet (2003, p. 25): “A metáfora delirante é o significante que, tal como o Nome-do-Pai, tem função de ponto-de-basta [ou ponto-de-estofa], induzindo efeitos de significação. Ela introduz uma ordem no significante, permitindo ao sujeito psicótico ter acesso à significação, não fálica”.

Se não há para o sujeito psicótico um referencial simbólico que o inscreva no mundo, devido à forclusão do significante Nome-do-Pai, responsável pela ligação entre o significante e o significado e, segundo Quinet (2003), por dar significação aos seus significantes, Paulino (2006, p. 06) destaca que: “O delírio é pensado como uma metáfora que faz suplência àquela que não se instalou. A suplência é de significantização”.

O sujeito psicótico constrói uma metáfora delirante equivalente à metáfora paterna, para sustentar sua existência num mundo estruturado pelo símbolo. Como nos diz Lacan (2008, p. 144): “um delírio deve ser julgado em primeiro lugar como um campo de significação que organizou um certo significante [...]”.

A partir de James Joyce, Lacan, segundo Quinet (2003), conjectura a possibilidade de outros significantes ocuparem a função paterna como suplência do Nome-do-Pai. No que ele propõe que ao nó borromeano formado por três anéis - correspondendo cada um deles ao registro do Simbólico, do Imaginário e do Real - se acrescente um quarto anel que mantém os demais unidos e que ele denominou de *sinthoma*. Lacan (2007) apresenta o seguinte esquema:

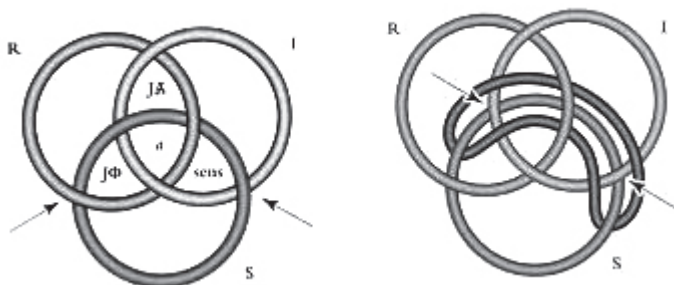


Figura 1: O nó borromeano de três e o nó borromeano de quatro anéis, ligado pelo *sinthoma*

O quarto anel, o *sinthoma*, equivale ao pai. Nas palavras de Lacan (2007, p. 21): “o pai é um sintoma, ou um *sinthoma*, se quiserem. Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a existência do sintoma”.

A suplência é, justamente, segundo Lacet (2004), a tentativa de que o quarto anel, que Lacan denominou de *sinthoma*, mantenha R, S, I unidos.

Segundo Souza Filho (1988, p. 85): “O *sinthoma* corresponde então um elemento a mais, caracterizado por uma condição lógica pré-borromeana, que exerce suplência e compensa a carência do Pai”.

O sintoma como *sinthoma* surge a partir do interesse de Lacan pela escrita da obra de James Joyce, que faz com que o autor, segundo Rinaldi (2006, p. 79):

Conceba uma outra amarração possível, para além do *Nome-do-Pai*. Sua hipótese é de que a arte de Joyce supriu sua sustentação fálica - partindo da suposição de que houve neste caso uma forclusão de fato - permitindo uma outra amarração do nó, que não pelo *Nome-do-Pai*.

Julien (1999) destaca que, segundo Lacan, a diferença está em ter ou ser o sintoma: na neurose, o quarto anel é da ordem do ter um sintoma; enquanto que na psicose há uma tentativa de ser o sintoma. Se a tentativa de ser o sintoma funciona, não há delírio; caso contrário, é o delírio. Joyce conseguiu por meio da escrita ser o

sintoma, impedindo-o, segundo as palavras de Quinet (2003), que ele submergisse na loucura.

Joyce conseguiu mediante sua arte de escrever “fazer-se um nome” no público. O sintoma como o quarto anel, que dá consistência ao nó borromeano, “fazendo-se um nome próprio” (JULIEN, 1999). É como assinala Harari (2002, p. 280): “O nome próprio, então, permite prescindir do Nome-do-Pai”. A arte é para Joyce suplência do pai; ela ocupa o lugar de “Nome-do-Pai foracluído do simbólico”, como diria Quinet (2003).

Lacan (2007, p. 91) assinala: “Joyce tem um sintoma que parte do fato de que seu pai era carente, [...]. Centrei a coisa em torno do nome próprio, e pensei que [...] ao se pretender um nome, Joyce fez a compensação da carência paterna”.

Segundo Sobral (p. 2483), escrever pode ser uma forma de afastar o gozo do Outro que invade o sujeito psicótico. Segundos suas palavras, escrever é: “Um ato, onde o sujeito tenta produzir uma borda, uma contenção. Um contorno ao ilimitado do corpo. Ao escrever, inscreve-se ali um sujeito”.

Chatel de Brancion (1996 apud OCARIZ, 2003, p. 141) pontua a diferença entre sintoma e *sinthoma*, afirmando que: “O sintoma mórbido tem a estrutura de uma metáfora que vem suprir a metáfora do pai. Em contrapartida, o *sinthoma* é da ordem da invenção; ele compensa a carência do pai.”

Entendemos, portanto, o *sinthoma*, tal como construiu Joyce, como suplência, e a metáfora delirante, segundo Lacet (2004, p. 245), como aquela que “metamorfoseia a função paterna foracluída”, isto é, a metáfora delirante emerge para ocupar o lugar onde a metáfora paterna fracassou.

Se na psicose, o significante simbólico está foracluído, “o Real emerge plenamente em sua condição de estar fora do processo de significação”, sendo assim, o sujeito fica “impossibilitado de usar da linguagem em sua dimensão simbólica.” (SOUZA FILHO, 1988, p. 98). Isso significa dizer que sem um ponto-de-estofa que

amarre os significantes, de modo a deslizarem numa cadeia produzindo significação, o que acontece ao sujeito psicótico, segundo Lacet (2004, p. 248), é uma “ruptura na coerência interna do discurso, às vezes, ocasionada pela falta de conexões [...]”. Essa falha, segundo a autora:

É observada na fala e na escrita dos psicóticos, por meio de neologismos, frases interrompidas, maneirismos na disposição da escrita, reiteração de letras, palavras e símbolos. Na psicose, palavra e coisa se confundem; as palavras ganham substância, textura, tornam-se coisas que afetam, invadem o corpo (LACET, 2004, p. 248).

Sendo o simbólico o campo da palavra, o sujeito psicótico tem como consequência da forclusão do significante primordial – Nome-do-Pai – uma alteração na sua relação com a linguagem. Lacan (2008, p. 113) destaca: “Para que estejamos na psicose, é preciso haver distúrbios de linguagem”. E acrescenta: “É o registro da fala que cria toda a riqueza da fenomenologia da psicose, é aí que vemos todos os seus aspectos, as suas decomposições, as suas refrações” (LACAN, 2008, p. 48).

Para Lacan, segundo Souza (1999, p. 92), o delírio é a “solução elegante onde as palavras, num recurso de estilo, transformam o caos significante, turbilhão sonoro de signos vazios de sentido, num mundo ordenado por uma nova significação”.

3 O caso Schreber sob o olhar lacaniano

[...] só não tenho dúvida, de que cheguei infinitamente mais perto da verdade do que os outros homens, que não receberam as revelações divinas.

Daniel Paul Schreber

Foi a partir do caso Schreber que Lacan melhor elaborou sua concepção acerca da psicose e teorizou a noção de Nome-do-Pai. Foi no discurso delirante de Schreber que, segundo Nasio (2001, p. 59), Lacan “encontrou respaldo para sua teoria da função simbólica”.

Lacan focou seu estudo sobre Schreber nos fenômenos da fala, uma vez que, como afirma Kaufmann (1996, p. 191): “o simbólico está na fala como efeito de um sujeito”.

Em Schreber, vemos todo um tratamento singular da linguagem em que a construção do delírio emerge, segundo as palavras de Nasio (2001, p. 52), como “uma tentativa de dar sentido a uma experiência de desmoronamento”.

A grande crise que veio sistematizar o delírio de Schreber aconteceu depois de ser nomeado presidente da Corte Suprema em que se vê diante da situação de ter que liderar homens mais experientes que ele. A função que cabe a Schreber exercer é similar à função paterna. Daí de onde ele foi convocado a assumir uma posição de autoridade, falta-lhe um significante do qual ele não dispõe – a função paterna – levando-o ao desencadeamento da crise psicótica. Calligaris (1989, p. 35) afirma:

[...] o desencadeamento de uma crise é relativo a uma injunção. Alguma coisa chega a injunger ao sujeito ao referir-se a uma função paterna. [...], [o que significa dizer], organizar-se como sujeito e obter sua significação de sujeito em relação a uma amarragem fixa, central, que organizaria seu saber.

No momento em que Schreber é chamado a responder no lugar de um significante do qual ele não teve acesso, “alguma coisa vem falar no Real”. Calligaris (1989, p. 37) assinala que:

Os significantes evocados pela injunção falam no Real, porque a função mesma que eles são chamados a ocupar não está simbolizada pelo sujeito. Não está simbolizada quer dizer que o saber dele não estava orientado ao redor de uma função paterna central.

O delírio de Schreber começa com a fantasia de ser mulher. Ele afirma que “deve ser realmente muito bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula.” (FREUD, 1998, p. 14). Como ressalta Lacan (2008), Schreber não simbolizou nenhuma forma do feminino. Assim, em um momento de sua existência, irrompeu no Real algo da ordem que ele nunca conheceu.

Como já sabemos, a castração é fundamental para a constituição do sujeito. A sexualidade só pode ser definida se o sujeito passa pelo Édipo e se reconhece como aquele que tem o falo, depois de descobrir que ele não o é. Como destaca Souza (1999, p. 11):

O falo, em sua vertente simbólica, exerce a função de partilhar e alinhar os sexos, inserindo-os no registro do simbólico como homem ou mulher, no que essa partilha implica posições masculina e feminina, virilidade e feminilidade, irredutíveis às contingências anatômicas da diferença sexual.

O delírio de ser transformado em mulher de Deus com a finalidade, segundo Schreber citado por Freud (1998, p. 24), “de que uma nova raça de homens pudesse ser criada”, está relacionado, segundo Calligaris (1989, p. 38):

[...] com a procura de uma significação sexuada, ou seja, com o que pode ser esperado, em primeiro lugar, da construção de uma metáfora paterna – que nunca será verdadeiramente uma metáfora paterna, que será delirante na medida em que a função paterna sempre manter-se-á no Real.

Lacan (1998, p. 572), a respeito do delírio de Schreber de se tornar mulher, assinala: “[...] na impossibilidade de ser o falo que falta à mãe, resta-lhe a solução de ser a mulher que falta aos homens”. Anos depois, em *As Psicoses*, Lacan (2008, p. 294) acrescenta o seguinte: “O desenvolvimento do delírio [de Schreber] exprime que não há para ele nenhum outro meio de realizar-se, de afirmar-se como sexual, senão admitindo-se como uma mulher, como transformado em mulher. É o eixo do delírio.”

Com a forclusão do Nome-do-Pai, a relação com o Outro fica comprometida, já que não ocorre a inscrição desse significante no Outro. Como afirma Quinet (2003, p. 31): “O Outro como portador da lei está excluído na psicose e o sujeito se vê confrontado com o Outro absoluto que manda no sujeito”.

Na psicose o sujeito fica à mercê dos imperativos deste Outro, que faz do sujeito, objeto de seu gozo. Esse Outro, não barrado na psicose, fala. Segundo Souza (1999, p. 84), “fala, grita, impõe a sua voz, interpela o sujeito. Acoessa-o com

observações e comentários de seus pensamentos, palavras e atos; decreta ordens, juízos e condenações; brada injúrias que aviltam o sujeito em seu ser e, eis o pior, goza.”

As vozes dirigem-se e invadem permanentemente Schreber. Falam com ele, o Sol, as árvores, os “Raios de Deus” que o zombam e os “pássaros miraculados” que não param de repetir ‘frases sem sentido’, que aprenderam de cor” (FREUD, 1998). As vozes que falam, falam o que “Schreber chama a língua fundamental, e que é afirmado como uma espécie de significante particularmente pleno”, segundo Lacan (2008, p. 297). Essas vozes são o que se chama de alucinação, que Lacan (2008, p. 297) define como algo “que surge no mundo exterior, e se impõe como percepção, um distúrbio, uma ruptura no texto do real. Em outros termos, alucinação está situada no real” (p. 161).

Quanto às vozes que não cessam de falar a Schreber, Nasio (2001, p. 60) assinala:

É a fala que liga Schreber a uma forma de realidade, por mais perturbada que seja. [...]. É Deus quem fala. Quando a fala pára, Schreber se confronta com o vazio, com o horror, é “deixado largado”. Largado pelo Outro, ele não é mais nada. O Outro da linguagem aparece aqui como tal.

Quinet (2003, p. 36) complementa: “Quando Deus se afasta, levando consigo o palavrório fastidioso, produz-se em Schreber o ‘milagre dos urros’ [...] quando o Outro o abandona, deixando-o para lá, produz-se uma verdadeira decomposição do significante.”

Lacan (2008) afirma que, quando Deus em Schreber recua, o sujeito vivencia sensações muito dolorosas, daí o urro que representa uma tentativa de negar a fragmentação do corpo. Nas palavras do autor: “[...] cada vez que se interrompe a relação, que se produz a retirada da presença divina, eclodem todas as espécies de fenômenos internos de dilaceramento, de dor, diversamente intoleráveis” (LACAN, 2008, p. 151).

No início do seu delírio, Schreber vivencia uma total fragmentação subjetiva. Queixava-se de amolecimento do cérebro, acreditava estar morto e em decomposição. Schreber vivenciou percepções e alterações da experiência do corpo, como no período em que, segundo nos cita Freud (1998, p. 19) “viveu por longo tempo sem estômago, sem intestinos, quase sem pulmões, com o esôfago rasgado, sem bexiga e com as costelas despedaçadas; costumava, às vezes, engolir parte de sua própria laringe com comida etc.”

Em um segundo momento, Schreber se reorganiza subjetivamente ao aceitar a emasculação, isto é, ser transformado em mulher, na mulher de Deus. Schreber escreve:

Agora, contudo, dei-me claramente conta de que a Ordem das Coisas exigia imperativamente a minha emasculação, gostasse ou não disso pessoalmente, e que nenhum caminho razoável se abre para mim exceto reconciliar-me com o pensamento de ser transformado em mulher. A outra consequência de minha emasculação, naturalmente, só poderia ser a minha fecundação por raios divinos, a fim de que uma nova raça de homens pudesse ser criada (FREUD, 1998, p. 23-24).

Diante de um mundo em ruínas, Schreber reconstrói seu mundo subjetivo por meio do delírio, buscando dar uma nova significação à nova realidade por ele recriada. Segundo Souza Filho (1988, p. 99):

[...] esta reconstrução serve para aplacar os fenômenos psicóticos. Ela não tem um sentido comum, uma significação fálica, mas é como se tivesse, pois ao se articular nesse discurso delirante, possibilita “sedar” a psicose, constituído o que se chama de metáfora delirante.

Lacan (2008) conjectura que o delírio é mais sofrido para o sujeito quanto mais ele não o organiza. É, justamente, quando Schreber aceita a emasculação que seu delírio se estabiliza. Quinet (2003, p. 43) acrescenta: “A Mulher enquanto Nome-do-Pai tem a função de amarração, de ponto-de-basta, permitindo ao sujeito [à Schreber] dar significação aos seus significantes e daí reconstruir o mundo por intermédio da significação delirante.”

4 Conclusão

Compreendemos a psicose como um modo que o sujeito encontra para estruturar sua existência, como uma possibilidade de se organizar no mundo.

A estruturação do sujeito psicótico, já definido por Freud, é uma estruturação de defesa contra o que Calligaris (1989) chama de a “Demanda imaginária do Outro”, tal como ocorre na neurose. No entanto, o sujeito psicótico tem uma organização diferente do neurótico, porque, para ele, não há um saber suposto num Outro, o que faz com que ele tenha que construir um saber que lhe é próprio e que por ele possa ser sustentado.

Como sabemos, Lacan concebe o inconsciente estruturado como linguagem; portanto, na psicose, assim como na neurose, segundo as palavras de Quinet (2003, p. 04) “trata-se da estrutura da linguagem, ou melhor, da relação do sujeito com o significante.” Sendo assim, uma contribuição fundamental de Lacan para a compreensão da psicose é a forclusão do significante Nome-do-Pai, significante que insere o sujeito no mundo simbólico. A forclusão desse significante implica num modo particular que o sujeito encontra de se relacionar com o mundo, organizando-se de uma forma diferente do neurótico, para ter que lidar com um furo no simbólico deixado pela não inscrição da metáfora paterna, que permite ao sujeito a partilha dos sexos e a organização de seus significantes em torno de uma amarragem central, denominada por Lacan de ponto-de-estofo.

Sem um ponto de ancoragem que sustente a sua existência, o psicótico reconstrói seu mundo por meio do delírio. Freud foi o primeiro a compreender o delírio como uma tentativa de cura. Cura não no sentido de tornar o psicótico em um neurótico, e sim, no sentido de restabelecer psiquicamente o sujeito de uma dor que lhe é insuportável, permitindo a construção de uma nova realidade que lhe seja possível viver. Resende e Castelo Branco Filho (2004, p. 95) condensam bem a idéia de delírio, tal como a concebemos:

[...] é uma tentativa de reorganização do funcionamento mental do indivíduo; é um esforço que o aparelho psíquico do sujeito realiza no sentido de lidar com a

desorganização vivenciada pelo sujeito. A realidade que se impõe ao sujeito é tomada como intolerável, exigindo a construção de uma nova realidade onde encontre um espaço para si.

No entanto, nessa reconstrução haverá sempre um buraco, um vazio de eu, como nos diz Ribeiro (2007). Na psicose, o sujeito está em permanente reconstrução da realidade para responder ao mundo que não para de lhe indagar, portanto, está em constante estado de tensão, aprisionado em si mesmo, em busca de sentido para sua existência. Cada vez que o sujeito é convidado a ocupar um lugar por ele não simbolizado (o da função paterna), isso lhe acarreta sofrimento. Esse é um processo inevitável e paradoxal, já que o mesmo caminho que leva à cura, gera sofrimento.

A proposta de Lacan, de um quarto anel que amarre os três anéis do nó borromeano é uma invenção de suplência à função paterna e que mantém os três registros (Simbólico, Imaginário e Real) atados. Esse quarto anel é o que Lacan chama de *sinthoma*, que para Joyce, como foi apresentado, é sua escrita, sua arte. Joyce encontrou um meio de suprir a carência do pai, fazendo um nome próprio, prescindindo do significante Nome-do-Pai. O *sinthoma* é uma criação do sujeito para lidar com o Outro que dele goza, como tentativa de barrar o gozo do Outro que o invade.

O *sinthoma*, assim como o delírio, é um recurso que o sujeito psicótico encontra para dar contorno, sentido a sua existência. É um modo que o sujeito encontra de existir no mundo, um modo particular de viver uma realidade em constante recriação. Como bem resume Lacan (2008, p. 24): “não se torna louco quem quer”.

From name-of-the-father foreclosed: a lacanian interpretation of Schreber

Abstract

This article circumscribes the delirium's function in psychosis, starting from Lacan's concept of foreclosure to understand the construction of the delirious

metaphor that arises to fill in where the paternal metaphor failed. As the Name-of-the-father foreclosed, the subject feels invaded by the Other that knows all about him; this Other is not blocked, consistent and maintains the subject in the position of object of joy. To defend himself, the psychotic subject creates a wisdom of its own that is sustained by an absolute certainty. Without a quilting point that binds a signifying chain, is thru delirium that the subject tries to give signification to the signifiers loose in the chain. The aim of this article is to make a lacanian interpretation of Schreber from the stand point of foreclosure and name of the father.

Keywords: Psychosis. Delirium. Lacan. Schreber's case.

Referências

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CROMBERG, R. U. **Paranoia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

DOR, J. O valor do signo linguístico e o ponto-de-estofa em Lacan. In: _____. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FREUD, S. **Las neuropsicosis de defensa**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996. (Coleção Obras completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **O caso Schreber**: notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia: dementia paranoides. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FREUD, S. **Neurose e psicose: o ego e o id e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 19).

HARARI, R. Foraclosões, falsos buracos, supleções. In: _____. **Como se chama James Joyce?** A partir do seminário Le Sinthome de J. Lacan. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HORNSTEIN, L. **Introdução à psicanálise**. São Paulo: Escuta, 1989.

JULIEN, P. **As psicoses**: um estudo sobre a paranóia comum. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

LACAN, J. **O seminário**: as psicoses. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. v. 3.

LACAN, J. Sobre o complexo de castração. In: _____. **O seminário**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. v. 4.

LACAN, J. **O seminário: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. v. 5.

LACAN, J. A transferência e a pulsão. In: _____. **O seminário: os quatro conceitos fundamentais de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979. v. 11.

LACAN, J. O campo do outro e retorno sobre a transferência. In: _____. **O seminário: os quatro conceitos fundamentais de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979. v. 11.

LACAN, J. Do uso lógico do *sinthoma* ou Freud com Joyce. In: _____. **O seminário: o *sinthoma***. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. v. 23.

LACAN, J. Joyce e as falas impostas. In: _____. **O seminário: o *sinthoma***. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. v. 23.

LACET, C. Da forclusão do nome-do-pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. **Psicologia USP, São Paulo, v. 15, n. 1-2, jun. 2004. Disponível em:** <<http://www.scie lo.br/pdf/pusp/v15n1-2/a23v1512.pdf>>. **Acesso em: 02 out. 2009.**

LAUREANO, M. M. M. **A interpretação**: revelar e esconder sentidos: articulações entre análise do discurso e psicanálise lacaniana. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

NASIO, J. D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

NASIO, J. D. Um caso de S. Freud: Schreber ou a paranóia. In: _____. **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

OCARIZ, M. C. A concepção lacaniana de sintoma. In: _____. **O sintoma e a clínica psicanalítica**. São Paulo: Via Lettera, 2003.

PAULINO, M. **Das suplências**: do sintoma ao sintoma. Texto apresentado na Jornada da EBP-SP. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.clipp.org.br/artigos_conteudo.asp?id_artigos=105&iiframe=artigos_int&assunto=Artigos&ico impressao=ok>. Acesso em: 01 out. 2009.

QUINET, A. Espelho e eu. In: _____. **Um olhar a mais**: ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

QUINET, A. **Teoria e clínica da psicose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

RESENDE, T. I. M.; CASTELO BRANCO FILHO, J. C. A patologia como possibilidade estruturante do sujeito: uma releitura da questão phática. **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-151, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/525/346>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

RIBEIRO, A. M. **Em busca de um lugar**: itinerário de uma psicanalista pela clínica das psicoses. São Paulo: Via Lettera, 2007.

RINALDI, D. Joyce e Lacan: algumas notas sobre escrita e psicanálise. **Revista de Psicanálise**, São Paulo, n. 188, p. 74-81, dez. 2006. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_06.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.

ROSSIN SOBRINHO, O. A função da mãe. In: CHECCHINATO, D. (Coord.). **A clínica da psicose**. Campinas: Papirus, 1988.

SOBRAL, P. O. **O funcionamento do significante na psicose e sua relação com a escrita**. Paraíba: UFPB, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_378.pdf>. Acesso em: 22 out. 2009.

SOUZA, N. S. **A psicose**: um estudo lacaniano. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

SOUZA FILHO, A. A. A metáfora paterna. In: CHECCHINATO, D. (Coord.). **A clínica da psicose**. Campinas: Papirus, 1988.

STEFFEN, R. A tópica do imaginário. In: CHECCHINATO, D. (Coord.). **A clínica da psicose**. Campinas: Papirus, 1988.

Para publicar na revista Universitas Ciências da Saúde, entre no endereço eletrônico www.publicacoesacademicas.uniceub.br. Observe as normas de publicação, facilitando e agilizando o trabalho de edição.